

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIA: Credenciamento nº 01/2025

Processo Administrativo: 793/2024

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de gerenciamento, fornecimento e administração de benefício de auxílio alimentação na forma de cartão alimentação eletrônico com chip de segurança e tecnologia de comunicação por aproximação (NFC, QR CODE e/ou similares), conforme especificações constantes no termo de referência.

Cuida-se de resposta à impugnação protocolada pela empresa VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.817.702/0001-50, face ao Edital do Credenciamento nº 01/2025.

1. DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E DE SEU ACOLHIMENTO:

A impugnante enviou por e-mail a razão de seu pedido de impugnação na data de 03/02/2025 e considerando que o período de credenciamento é de 31/01/2025 até o dia 24/02/2025, configura-se tempestivo, sendo acolhido para análise.

2. DAS ALEGAÇÕES:

Em suma, a empresa impugnante insurge-se contra o edital em comento, quanto ao arranjo de pagamento disposto no Edital, questionando que os termos adotados no Edital restringem a participação de empresas que realizam a operacionalização das vendas pelo arranjo aberto.

Ao final, solicita que seja facultada a exigência de comprovação e busca de rede credenciada para empresas que operam com arranjo aberto e a consequente retificação do edital.

3. DO MÉRITO:

Dada a tempestividade da impugnação, compulsando as razões apresentadas pela impugnante, para a análise de mérito, não assiste razão a impugnante.

Em que pese a razão despendida na impugnação, primeiramente, temos a explanar que as disposições editalícias foram pautadas em conformidade com a legislação vigente.

É inegável que os agentes públicos devem nortear suas ações tendo como premissa fundamental o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.



Não se pode negar que a Administração possui o poder da discricionariedade na definição e determinação dos bens e serviços que pretendem contratar, visando atender o interesse público.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, trata-se dos princípios constitucionais que devem ser respeitados nas contratações públicas. Vejamos o conteúdo do citado artigo:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

Conhecendo do exposto, entendemos que a matéria não demanda maiores dilações, vez que trata-se de questão discricionária expressamente disposta na legislação vigente, com entendimento consolidado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Vejamos:

TC-021946.989.24-1

*"Em caminho análogo, no que concerne à **definição do modelo de arranjo de pagamento**, importa elucidar que tem prevalecido, nesta Casa, o entendimento de que se trata de aspecto cuja delimitação **está impregnada de discricionariedade administrativa**, em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 174 do Decreto Federal n.º 10.854/2021." (grifos e negritos nossos)*

TC-015250.989.24-1

"No que concerne à crítica direcionada ao modelo de arranjo de pagamento inicialmente eleito, não restou demonstrado que haja indevida restritividade na escolha, considerando que a opção está inserida na discricionariedade administrativa, contando com previsão legal, nos termos do §1º do art. 174 do Decreto nº 10.854/2021: (...)"

Nesse sentido, o mencionado artigo 174, §1º, do Decreto nº 10.854/21 fixa a discricionariedade da escolha:



"Art. 174. O serviço de pagamento de alimentação deverá ser operacionalizado por meio de arranjo de pagamento, estabelecido nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 6º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o qual observará, no mínimo, as seguintes regras:

(...)

*§ 1º **O arranjo de pagamento de que trata o caput poderá ser aberto ou fechado.**" (grifos e negritos nossos)*

Desta forma, o edital da forma que se apresenta não restringe a participação apenas de empresas de arranjo fechado ou aberto. Poderão ser credenciadas e posteriormente contratadas, à escolha do servidor, empresas que cumpram os requisitos constantes no edital, podendo ser empresas de arranjo de pagamento aberto ou fechado.

Assim, as empresas de arranjo de pagamento aberto deverão comprovar que são efetivamente de arranjo aberto, razão pela qual entendemos que o quanto trazido pelo impugnante não guarda respaldo suficiente a alterar o instrumento impugnado, estando o Edital e demais que o acompanham devidamente pautados nas normas que regulamentam os processos licitatórios e demais quesitos de razoabilidade e em atenção ao interesse público.

4. DA DECISÃO:

Diante do acima exposto e face a supremacia do interesse público, entendemos que não há razões, nem justificativa para alteração do edital, devendo o edital manter-se inalterado.

Americana, 05 de fevereiro de 2025.

Comissão de Contratação

